

PROPAGANDA

Cartilha da Constituição também serve de roteiro para campanha de Ulysses

A cartilha que o PMDB pretende difundir em todo o País, comparando os avanços sociais da nova Constituição com o programa do partido, servirá também como roteiro da plataforma de campanha do deputado Ulysses Guimarães à Presidência da República. Apesar disso, Ulysses quer evitar essa associação e justifica a confecção da cartilha como a melhor forma de fazer o povo entender os seus direitos na nova Carta.

Mas a importância dessa cartilha para a campanha de Ulysses é tão evidente que ele próprio reuniu-se com os políticos que articulam a sua candidatura e os representantes da empresa de publicidade Delta, de São Paulo, encarregada de confeccioná-la. O esboço da cartilha sugere ao leitor que o PMDB é o principal responsável pela nova Constituição.

(AG)

ave

Comissão aprova modificações sugeridas por Bernardo Cabral

por Itamar Garcez
de Brasília

A comissão de redação final, em ritmo acelerado, aprovou, ontem, várias modificações importantes, sugeridas pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Hoje, segundo o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Constituinte, os trabalhos seguirão com a apreciação das sugestões dos membros da comissão. Em seguida, os 26 integrantes da

comissão avaliarão o longo trabalho do filólogo Celso Cunha, que pretende aprimorar o texto aprovado até aqui. Ulysses afirmou que não serão feitas mudanças no regimento interno e que o cronograma estipulado será cumprido.

Com o que foi aprovado ontem, o presidente da República, seu vice e os ministros de Estado também pagarão imposto de renda, corrigindo omissão do texto. O artigo que tratava da exploração de recursos minerais também foi alterado. A expressão "minas" foi suprimida, permanecendo a expressão "jazidas", no dispositivo que nacionaliza a mineração. Segundo o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), caso permanesse a expressão "minas", todos os equipamentos das mineradoras seriam nacionalizados.

Outra alteração foi quanto ao número mínimo de vereadores em cidades com mais de 5 milhões de habitantes, que passou de 33 para 42. A definição da posse dos bens do Distrito Federal ficará com a lei ordinária. Por fim, ficaram definidas as regras para o desmembramento de novos estados. A população diretamente interessada poderá requerer ao Congresso, através de um plebiscito. Essa prerrogativa é, também da Assembléia Legislativa. O Congresso, se

Emprego errado do verbo

O deputado Nelson Aguiar (PDT/ES) distribuiu, ontem, entre os constituintes da comissão de redação, uma lista contendo exemplos de incorreções no emprego do tempo verbal ao longo de todo o texto da Constituinte. Segundo ele, os verbos foram empregados de maneiras diferentes e sem critérios definidos. O artigo 5º, que trata das garantias e direitos individuais foi o mais citado. No inciso 2º, por exemplo, consta que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar

de fazer...". Na opinião do pedetista, que já estudou filologia, o tempo tem que ser o presente, "ninguém é".

O artigo 94 relata que "um quinto dos lugares dos TFR, dos Tribunais de estados, do distrito federal e dos territórios será composto...". Aqui, novamente, a sugestão é passar para o presente do indicativo. Sua justificativa é de que todas as instituições de direito entram em vigor no dia 5 de outubro, por isso, passam a vigorar imediatamente.

Na primeira parte dos trabalhos, ontem pela manhã, os constituintes aprovaram as "correções de linguagem", propostas pelo relator. Poucas proposições de Cabral foram rejeitadas. No capítulo que trata dos municípios, o relator Bernardo Cabral havia sugerido que a expressão "balancete" fosse substituída por "balanço", no artigo que trata das competências e algumas das obrigações dos municípios. Como explicou o senador Passarinho, os balancetes são mensais e os balanços são anuais. Para ele, alguns municípios não têm estrutura para esse trabalho mensal. Num outro artigo, no capítulo do Poder Judiciário, o relator pretendia acrescentar a expressão "lei federal", onde estava escrito apenas "lei". O artigo prevê que a lei definirá o que são "crimes, punições e delitos" nos serviços cartoriais. Para o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), isso deveria ficar na alçada federal, já que conceitos importantes como esse não podem variar de estado para estado. "Agora, vai ser preciso bom senso na aplicação desse dispositivo", lamentou Fogaça.

feira, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) havia criticado o número desproporcional de parlamentares de esquerda presentes na comissão.

NOVA SESSÃO

A inclusão nas votações da comissão de redação de questões de mérito, que poderão alterar o conteúdo do texto final do segundo turno, levou alguns parlamentares como Passarinho e o deputado José Lins (PFL-CE) a sugerirem uma nova sessão plenária, onde seriam apreciados todos esses assuntos. Depois disso, então, o plenário estaria em condições de, segundo o regimento, realizar a sessão plenária final, na qual todo o texto seria aprovado ou não, de maneira global, sem a possibilidade de apresentação de destaques.

Na primeira parte dos trabalhos, ontem pela manhã, os constituintes aprovaram as "correções de linguagem", propostas pelo relator. Poucas proposições de Cabral foram rejeitadas. No capítulo que trata dos municípios, o relator Bernardo Cabral havia sugerido que a expressão "balancete" fosse substituída por "balanço", no artigo que trata das competências e algumas das obrigações dos municípios. Como explicou o senador Passarinho, os balancetes são mensais e os balanços são anuais. Para ele, alguns municípios não têm estrutura para esse trabalho mensal. Num outro artigo, no capítulo do Poder Judiciário, o relator pretendia acrescentar a expressão "lei federal", onde estava escrito apenas "lei". O artigo prevê que a lei definirá o que são "crimes, punições e delitos" nos serviços cartoriais. Para o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), isso deveria ficar na alçada federal, já que conceitos importantes como esse não podem variar de estado para estado. "Agora, vai ser preciso bom senso na aplicação desse dispositivo", lamentou Fogaça.

PMDB organiza-se para discutir legislação ordinária e complementar

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O líder do PMDB no Senado, senador Ronan Tito (MG), disse ontem que o seu partido vai formar uma comissão para começar a discutir a legislação ordinária e complementar à futura Constituição. Segundo ele, essa comissão — formada após a promulgação da Carta — atuará a nível de Câmara e Senado. Ela vai elaborar projetos de lei e submetê-los à apreciação da bancada.

Assim como o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobin, o senador Ronan Tito não acredita que o Congresso comece a votar ainda neste ano a legislação complementar à nova Carta. "Se conseguirmos votá-la no primeiro semestre de 1989, estará ótimo", afirmou. Tito disse que tratará do assunto amanhã, com a bancada pemedebista do Senado.

O líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), informou que na reunião de ontem, com as demais lideranças, ficou acertado que, antes dos projetos de lei, os partidos cuidarão da elaboração do novo regimento interno da casa. "Se houver a necessidade imperiosa de votarmos algo, usaremos o regi-

me de urgência, previsto pelo atual regimento", sugeriu.

Ibsen disse que, além da elaboração urgente do novo regimento, os líderes na Câmara também concordaram que as comissões técnicas não devem ser instaladas neste ano, após promulgação da Constituição. A instalação e a eleição de seus presidentes, segundo o líder, devem ser realizadas apenas depois do recesso parlamentar do fim do ano.

O regime de urgência para a votação de projetos de lei de acordo com o atual regimento da Câmara dispensa o parecer das comissões. O parecer é dado por um relator escolhido em plenário, lembra o líder. Para Ibsen Pinheiro, dentro da legislação ordinária e complementar à nova Carta, os pontos mais urgentes referem-se à ordem social.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), concorda que os regimentos internos da Câmara, Senado, e o regimento comum deverão estar prontos antes de se começar a elaboração da nova legislação. Para ele, os atuais regimentos poderiam ser adaptados à nova realidade, por meio de um projeto de resolução.

Barbosa Lima diz que "só" Carta não resolve

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, disse ontem, no Recife, que a Constituição deve ser encarada como o primeiro passo para o desenvolvimento do Brasil, embora sem se perder de vista que ela sozinha não é a saída para tudo. "Muita coisa depende, ainda, das leis complementares", afirmou à AG.

Barbosa Lima Sobrinho fez conferência sobre os rumos que o País precisa seguir para sair da crise econômica e disse que "o nos-

so principal erro é não buscarmos na força do povo brasileiro as soluções para nossos problemas. Enquanto as autoridades não tiverem confiança no trabalho do povo, não encontraremos uma fórmula para desenvolver o País", afirmou.

O presidente da ABI, que falou para cerca de cem pessoas, entre elas o governador Miguel Arraes, comentou, também, a decisão do governo de reduzir o quadro de funcionalismo público para diminuir os gastos da União.